

Livramento Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
31 de março de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Livramento Holding S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais da Livramento Holding S.A. (“Companhia”), individual e consolidado, em 31 de março de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.



Ênfases

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia e suas controladas incorreram no prejuízo de R\$ 1.103 mil durante o trimestre findo em 31 de março de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da companhia e suas controladas excedeu o ativo circulante em R\$ 78.686 mil e o patrimônio líquido estava negativo em R\$ 348.507 mil. Esses eventos e condições, juntamente com o fato que a Companhia está em processo de renegociação de suas dívidas junto a fornecedores e instituições financeiras, conforme descrito na mesma nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Florianópolis, 23 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Livramento Holding S.A.

Balancos patrimoniais findos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016			31.03.2017	31.12.2016		
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	75	958	748	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	3.519	3.522
Contas a receber	6	-	-	1.776	1.895	Contas a pagar de fornecedores	12	366	181	18.364	14.845
Impostos a recuperar		-	-	4.398	4.643	Obrigações fiscais		4	-	10	3
Despesas pagas antecipadamente		10	9	77	126	Obrigações trabalhistas		11	15	11	15
Outras contas a receber		-	-	34	29	Provisões passivas	15	-	-	456	911
						Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	15	-	-	53.011	53.011
						Receita diferida - Contrato CCEAR		-	-	830	-
						Multa e lastro regulatório - CCEE		-	-	9.239	9.239
Total do ativo circulante		15	84	7.243	7.441	Partes relacionadas - Despesas a reembolsar	8	168	222	168	222
						Adiantamento de clientes		-	-	-	8
						Outras contas a pagar		101	101	321	321
								650	519	85.929	82.097
Impostos a recuperar		74	74	74	74	Total do passivo circulante					
Depósitos judiciais		-	-	18	18						
Fundos vinculados	7	-	-	2.220	2.156	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	40.740	41.413
Partes relacionadas - Despesas a reembolsar	8	3.125	2.975	-	-	Contas a pagar de fornecedores	12	-	-	-	5.118
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	48.697	46.217	-	-	Provisão para perdas sobre investimento	9	88.885	88.324	-	-
Investimento em controladas	9	49.490	50.017	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	8	251.493	249.054	251.493	249.054
Imobilizado	10	120	126	153.632	153.635	Ações preferenciais resgatáveis	13	109.000	109.000	109.000	109.000
						Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	-	24.532	24.046
Total do ativo não circulante		101.506	99.409	155.944	155.883			449.378	446.378	425.765	428.631
						Total do passivo não circulante					
						Patrimônio líquido negativo	16				
						Capital social		131.959	131.959	131.959	131.959
						Prejuízo acumulado		(480.466)	(479.363)	(480.466)	(479.363)
						Total do patrimônio líquido negativo		(348.507)	(347.404)	(348.507)	(347.404)
Total do ativo		101.521	99.493	163.187	163.324	Total do passivo e do patrimônio líquido		101.521	99.493	163.187	163.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
Operações continuadas				
Receita operacional líquida	17	-	1.962	2.218
Custo de operação	18	(32)	(2.800)	(2.351)
Energia Elétrica comprada para Revenda		-	(239)	(8)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR		-	(250)	-
Serviços de Terceiros		(32)	(171)	(265)
Encargos do uso da Rede Elétrica		-	(278)	(307)
Depreciação		-	(1.623)	(1.624)
Pessoal e administradores		-	(138)	(37)
Outros		-	(101)	(110)
Resultado bruto		(32)	(838)	(133)
Despesas operacionais				
Pessoal e administradores		-	(250)	(96)
Material		-	(1)	-
Serviços de terceiros	19	(3)	(368)	(234)
Arrendamentos e aluguéis		-	(9)	(4)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(527)	(968)	-
Provisão para perda	10	(561)	8.452	-
Depreciação	10	(6)	(6)	(6)
Outras receitas/despesas operacionais	20	-	(1)	(4)
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros		(1.097)	7.446	(1.473)
Receitas financeiras		-	1	91
Despesas financeiras		(6)	(11)	840
	21	(6)	(10)	931
Prejuízo operacional antes dos impostos		(1.103)	7.436	(542)
Resultado líquido das operações continuadas		(1.103)	7.436	(542)
Operações descontinuadas				
Resultado líquido das operações descontinuadas	25	-	(561)	9.150
Resultado do período		(1.103)	7.436	(1.103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	31.03.2017	31.03.2016
Resultado do período	<u>(1.103)</u>	<u>7.436</u>
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u>(1.103)</u>	<u>7.436</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermeiárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>131.959</u>	<u>(438.283)</u>	<u>(306.324)</u>
Resultado do período	<u>-</u>	<u>7.436</u>	<u>7.436</u>
Saldos em 31 de março de 2016	<u>131.959</u>	<u>(430.847)</u>	<u>(298.888)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>131.959</u>	<u>(479.363)</u>	<u>(347.404)</u>
Resultado do período	<u>-</u>	<u>(1.103)</u>	<u>(1.103)</u>
Saldos em 31 de março de 2017	<u>131.959</u>	<u>(480.466)</u>	<u>(348.507)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Livramento Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Resultado do período	(1.103)	7.436	(1.103)	7.436
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Custo de captação do empréstimo	-	-	7	23
Depreciação	10	6	2.002	2.001
Encargos s/ empréstimo	11	-	1.042	3.869
Provisão para perda	10	561	(7.484)	-
Receita diferida - Contrato CCEAR	-	-	830	689
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado	-	-	-	(12.659)
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	14	-	486	(214)
Resultado de equivalência patrimonial	9	527	-	-
	(9)	(42)	3.264	1.145
Redução (aumento) nos ativos:				
Impostos a recuperar	-	-	245	243
Contas a receber	-	-	119	(303)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	49	125
Outras contas a receber	(1)	7	(5)	(107)
	(1)	7	408	(42)
Aumento (redução) nos passivos:				
Multa e lastro regulatório - CCEE	-	-	-	(273)
Contas a pagar a fornecedores	185	9	(2.054)	(366)
Obrigações fiscais	4	(1)	7	(5)
Obrigações trabalhistas	(4)	(3)	(4)	(3)
Outras contas a pagar	-	-	-	219
Adiantamento a cliente	-	-	(8)	-
Provisões passivas	-	-	-	(1.040)
	185	5	(2.059)	(1.468)
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais				
	175	(30)	1.613	(365)
Recebimento de seguro				
Juros pagos	11	-	-	-
	-	-	(887)	(1.699)
Recursos líquidos (usados nas) provenientes das atividades operacionais				
	175	(30)	726	(2.064)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) em controladas	(2.480)	(3.262)	-	-
Adições ao ativo imobilizado	10	-	(1.999)	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento				
	(2.480)	(3.262)	(1.999)	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Pagamento empréstimos - Principal	11	-	(838)	(1.439)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	2.439	3.923	2.439	3.923
Operações com partes relacionadas	(204)	(228)	(54)	222
Fundos vinculados	-	-	(64)	(1.269)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento				
	2.235	3.695	1.483	1.437
Aumento ou redução no caixa e equivalentes				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	(70)	403	210	(627)
	75	55	748	2.389
Caixa e equivalentes de caixa no final do período				
	5	458	958	1.762

Os efeitos não caixa estão demonstrados na Nota Explicativa nº 25.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Livramento Holding S.A. (“Companhia”) foi criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Rio Bravo Energia I Fundo de Investimentos em Participações, atualmente denominada como Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul, formando, assim, o Complexo Eólico de Livramento.

As centrais geradoras eólicas que fazem parte do Complexo Eólico Livramento são: a EOL Cerro Chato IV, a EOL Cerro Chato V, a EOL Cerro Chato VI, a EOL Cerro dos Trindade e a EOL Ibirapuitã.

Ao todo, o Complexo Eólico Livramento tem 78 MW¹ médios de potência instalada, e comercializou, no Leilão A-3 de 2011, um total de 29 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), a partir de março de 2014.

Também foram comercializados 28,2 MW médios no Ambiente de Contratação Livre para entrega de energia a partir do ano de 2013.

Conforme exigido pelo Leilão, 5 (cinco) Sociedades de Propósito Específico (SPEs) foram constituídas pelos sócios para estabelecerem-se como Produtoras Independentes de Energia Elétrica (PIEE), mediante a implantação e a exploração de cada uma das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento. As sociedades constituídas para serem titulares dos direitos de exploração das centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico de Livramento são a EOL Cerro Chato IV S.A., a EOL Cerro Chato V S.A., a EOL Cerro Chato VI S.A., a EOL Cerro dos Trindade S.A. e a EOL Ibirapuitã S.A.

Em 31 de março de 2017, as controladas diretas são:

	Percentual de participação %
Eólica Cerro Chato IV S.A.	100
Eólica Cerro Chato V S.A.	100
Eólica Cerro Chato VI S.A.	100
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	100
Eólica Ibirapuitã S.A.	100

Sinistro ocorrido no parque eólico

Em 31 de março de 2017, as operações de quatro das cinco centrais geradoras eólicas estão inoperantes, exceto a Eólica Ibirapuitã (em operação comercial), em virtude da paralização das atividades de O&M pela WPE (Impsa) e do sinistro ocorrido no dia 20 de dezembro de 2014, em que foi registrada a queda de oito de um total de 27 aerogeradores do complexo.



As estruturas sofreram queda pelo forte impacto de rajadas de ventos derivadas de um fenômeno meteorológico raro chamado de microexplosão.

A Companhia comunicou o acidente à ANEEL e a seus clientes, uma vez que o evento também se caracteriza como evento de caso fortuito ou força maior, e solicitou a suspensão dos contratos de venda de energia. A mesma se manifestou através do despacho nº 967, de 19 de abril de 2016. Atualmente, o processo ajuizado pela Companhia está em trâmite, aguardando julgamento.

Adicionalmente, a Companhia acionou o seu seguro operacional, como cobertura de danos materiais e lucros cessantes para indenização das perdas incorridas pela ocorrência do sinistro. O processo de regulação do sinistro foi finalizado e as seguradas firmaram acordo com a seguradora sobre o valor e o prazo para pagamento da indenização. (Vide Nota Explicativa nº 28b)

Falência da Wind Power Energia -WPE, empresa fornecedora dos aerogeradores

As atividades da Companhia iniciaram em dezembro de 2011, quando foram feitos os primeiros aportes de capital dos acionistas para fazer frente às despesas operacionais com as obras de implantação dos parques eólicos e algumas despesas administrativas iniciais.

Em 5 de dezembro 2014, depois de passar todo o ano lidando com diversos pedidos de falência, a WPE apresentou perante a 4ª Vara Civil da Comarca de Cabo de Santo Agostinho um pedido de Recuperação Judicial.

Logo após o protocolo do pedido de Recuperação Judicial, a WPE demitiu mais de 400 funcionários da sua fábrica de aerogeradores em Recife e interrompeu completamente suas operações, inclusive a prestação de serviços de O&M.

Em 20 de dezembro de 2014, as Eólicas foram atingidas por fortes rajadas de ventos, provocadas por um evento climático raro chamado microexplosão, que derrubaram oito de um total de 27 aerogeradores do complexo.

Em face do acidente e do abandono, pela WPE, das atividades de O&M, as Eólicas contrataram empresas independentes para elaboração de um diagnóstico sobre as condições de operação dos aerogeradores, tendo sido surpreendidas com a conclusão de que não seria possível que um terceiro retomasse, imediatamente, a operação das Centrais Geradoras Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, e garantisse a produção de energia.

Assim, conforme previsto nos contratos de venda de energia, as empresas protocolaram na ANEEL um pedido de suspensão dos contratos, devido ao abandono do O&M das Centrais Geradoras Eólicas pela WPE e ao acidente ocorrido, o que se caracteriza como caso fortuito ou força maior. A ANEEL ainda não se manifestou formalmente sobre o pedido.

As atividades de implantação da Central Geradora Eólica Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., encerraram-se em julho de 2015. Dessa forma, em 31 de março de 2017, a central eólica encontra-se em operação comercial.

Continuidade operacional

Atualmente as atividades da Companhia e suas controladas estão passando por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração vem tomando medidas que visam equacionar os resultados, otimizar custos e despesas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

A Administração entende que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Algumas medidas para amenizar a insuficiência de capital de giro, foram tomadas pela Administração, como renegociação com todos os fornecedores, solicitação de “*stand still*” de principal para os próximos 12 meses junto ao financiamento do BNDES, dentre outros importantes pleitos que estão em processo de análise e aprovação pelo principal Banco credor. Adicionalmente a Companhia recorreu, em março de 2017, ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE cujo resultado está detalhado na Nota Explicativa 25 - Eventos Subsequentes - destas demonstrações financeiras.

Ainda, a Administração determinou a contratação de assessoria jurídica para efetuar as seguintes ações para os parques eólicos de Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindades, como segue:

- Rescisão dos contratos de CCEAR, em virtude de ocorrência de caso fortuito ou força maior.
- Pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade em virtude da falência da Wind Power Energia S.A. (Impsa) e do acidente climático.
- Verificar a possibilidade de manutenção da outorga com afastamento das penalidades que possam ser aplicadas com a rescisão dos contratos de CCEAR.
- Quitação do saldo de empréstimos que esses parques possuíam.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 25, a Companhia aguarda decisão judicial sobre o excludente de responsabilidade para decidir sobre o destino dos parques que estão paralisados. Adicionalmente, a Administração entende que o direito de exploração (autorização) desses parques pode ser comercializado e busca investidores no mercado para uma potencial venda dos parques que estão desativados.

Como resultado, o Grupo está apresentando essas operações como descontinuadas (Vide Nota Explicativa nº 26).

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia autorizou as controladas da Companhia a estabelecerem-se como PIEEE, mediante a implantação e a exploração da Centrais Geradoras Eólicas, conforme portarias demonstradas a seguir:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Eólica Cerro Chato IV S.A.	139	16/03/2012	10.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato V S.A.	141	16/03/2012	12.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro Chato VI S.A. (*)	81	24/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	103	06/03/2012	8.000 kW	35 anos a partir da publicação
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Conforme carta enviada para ANEEL, a capacidade instalada foi reduzida de 30.000 kW para 24.000 kW.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria Executiva em 23 de maio de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações entre as Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação nas investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Operações descontinuadas*

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.
- É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

c. *Instrumentos financeiros*

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

e. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base na opção tributária de cada empresa do Grupo (lucro presumido ou lucro real).

(i) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição

social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

(ii) Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% de presunção para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

h. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, tampouco planeja adotar essas normas de forma antecipada.

O Grupo está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o Grupo não espera nenhum impacto significativo.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Contas-correntes bancárias	5	75	958	748
	5	75	958	748

6 Contas a receber

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Concessionárias e permissionárias	317	569
Energia elétrica de curto prazo	21	23
Provisão de venda de energia	1.438	1.303
	1.776	1.895

O saldo do Contas a receber refere-se à venda de energia referente ao Leilão A-3, conforme contratos firmados com a CCEE no ACR.

7 Fundos vinculados

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Aplicação Bradesco Referenciado DI - Serviço da dívida	2.148	2.086
Aplicação Bradesco Referenciado DI - O&M	72	70
	2.220	2.156

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. Além disto, 100% da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira (Nota Explicativa nº 12). As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

8 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de março de 2017, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 102 (R\$ 70 em 31 de março de 2016), e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

b. Operações financeiras com partes relacionadas

A Companhia possui outras operações financeiras com suas subsidiárias, como segue:

Parte relacionada	Natureza	Controladora	
		31.03.2017	31.12.2016
Eólica Cerro Chato IV S.A.	Despesas a reembolsar	208	208
Eólica Cerro Chato V S.A.	Despesas a reembolsar	27	27
Eólica Cerro Chato VI S.A.	Despesas a reembolsar	23	23
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	Despesas a reembolsar	74	74
Eólica Ibirapuitã S.A.	Despesas a reembolsar	2.793	2.643
Total de despesas a reembolsar		3.125	2.975
Total do ativo		3.125	2.975

Parte relacionada	Natureza	Controladora e Consolidado	
		31.03.2017	31.12.2016
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	Despesas a reembolsar	145	221
Chuí Holding S.A.	Despesas a reembolsar	23	1
Total de despesas a reembolsar		168	222
Brasil Energia Renovável Fundo de Investimento em Participações	AFAC	30.028	29.028
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	AFAC	221.465	220.026
Total de AFAC		251.493	249.054
Total passivo		251.661	249.276

9 Participação em empresas controladas

Em 8 de agosto de 2012, através da transferência por alienação dos acionistas Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento de Participações e ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, a Companhia tornou-se titular da totalidade das ações de emissão das controladas Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A., Eólica Cerro dos Trindade S.A. e Eólica Ibirapuitã S.A.

a. Informações financeiras das controladas

	Cerro Chato IV	Cerro Chato V	Cerro Chato VI	Cerro dos Trindade	Ibirapuitã
31.03.2017					
Participação (%)	100	100	100	100	100
Ativo total	8.295	9.881	17.917	6.656	120.241
Passivo total	25.652	28.610	57.394	19.977	70.750
Patrimônio líquido	(17.251)	(18.595)	(39.262)	(13.215)	50.018
Resultado do exercício	(106)	(134)	(215)	(106)	(527)

b. Movimentação das participações em empresas controladas

	Saldos em 31.12.2016	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31.03.2017
Ibirapuitã	50.017	(527)	49.490
Total - Continuadas	50.017	(527)	49.490
Eólica Cerro Chato IV S.A.	(17.252)	(106)	(17.358)
Eólica Cerro Chato V S.A.	(18.595)	(134)	(18.729)
Eólica Cerro Chato VI S.A.	(39.261)	(215)	(39.476)
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	(13.216)	(106)	(13.322)
Total - Descontinuadas	(88.324)	(561)	(88.885)
Total	(38.307)	(1.088)	(39.395)

c. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

	31.12.2016	Adições	31.03.2017
Eólica Cerro Chato IV S.A.	8.176	8	8.184
Eólica Cerro Chato V S.A.	10.172	9	10.181
Eólica Cerro Chato VI S.A.	20.696	17	20.713
Eólica Cerro dos Trindade S.A.	7.002	8	7.010
Eólica Ibirapuitã S.A.	171	2.438	2.609
	<u>46.217</u>	<u>2.480</u>	<u>48.697</u>

Em 31 de dezembro de 2016, foram quitados os empréstimos das Eólicas Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade através da integralização de capital de suas acionistas Brasil Plural e Eletrosul Centrais Elétricas S.A

10 Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016	31.03.2017	31.12.2016
Em serviço				
Geração				
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	25.839	25.839
Máquinas e equipamentos	-	-	153.768	151.771
Intangíveis	-	-	476	476
(-) Depreciação acumulada - Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	(2.108)	(1.892)
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	-	-	(11.584)	(9.932)
Sistema de transmissão e conexão				
Máquinas e equipamentos	-	-	15.282	15.282
Intangíveis	-	-	226	226
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	-	-	(942)	(814)
Administração				
Máquinas e equipamentos	130	130	130	130
Móveis e utensílios	23	23	23	23
(-) Depreciação acumulada - Máquinas e equipamentos	(78)	(72)	(78)	(72)
(-) Depreciação acumulada - Móveis e utensílios	(5)	(5)	(5)	(4)
(-) <i>Impairment</i> (c)	-	-	(33.119)	(33.119)
Em curso				
Geração				
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	101.237	101.237
Material em depósito	-	-	5.645	5.642
A ratear (b)	47	47	55	55
Estudos e projetos	-	-	21	21
(-) Provisão para perda (a)	(74.841)	(74.841)	(101.237)	(101.237)
Sistema de transmissão e conexão				
Adiantamento a fornecedores (a)	74.841	74.841	-	-
Administração	-	-	-	-
Móveis e utensílios	3	3	3	3
	120	126	153.632	153.635

a. Adiantamentos a fornecedores

Controladora

Em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia e suas controladas firmaram um aditivo ao contrato de empreitada integral a preço global para implantação dos projetos eólicos com a Wind Power Energia S.A., tratando dos seguintes assuntos:

- A Wind Power reconheceu a multa por atraso na entrada em operação do Projeto Livramento no valor de R\$ 17.077. Foi estabelecida a realização de pagamentos adicionais de até R\$ 65.000 para a conclusão do Projeto Livramento. Ficou estabelecido que, em caso de não conclusão do Projeto Livramento em 2014, a Wind Power reembolsaria a Livramento por todos os custos referentes à compra de lastro de energia para cumprimento de suas obrigações contratuais.

Em 6 de junho de 2015, foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A.; a Eólica Ibirapuitã S.A.; a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com crédito de R\$ 239.974. A Companhia apresentou impugnação à lista do administrador judicial para majorar o crédito da Companhia para R\$ 307.437, porém ainda não há uma decisão sobre o processo.

Em decorrência do não cumprimento das obrigações por parte da contratada Wind Power, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi constituída uma provisão integral no crédito com este fornecedor.

Consolidado

Refere-se aos adiantamentos efetuados ao fornecedor Wind Power Energia S.A., com os quais a Companhia e suas controladas possuem contratos de empreitada integral para implantação dos projetos eólicos.

b. A ratear

O saldo registrado no imobilizado em curso a ratear refere-se aos custos operacionais com a construção dos parques eólicos que ainda não foram alocados a rubricas específicas do imobilizado.

c. Impairment

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2016, avaliação individual de todas as suas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do *impairment*. A Companhia classificou cada projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2).

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O *impairment* está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Para as UGCs que não possuem fluxo de caixa, o valor recuperável foi estimado com base no valor de venda dos ativos remanescentes.

d. Principais premissas adotadas

2016

Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	6,17% pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de CCEAR vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
PIS e COFINS	3,65% sobre a receita bruta (SPEs são optantes pelo lucro presumido)
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta
Depreciação	De acordo com as taxas ANEEL
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do fluxo de caixa	Prazos das autorizações
Índice de geração	100% da garantia física

Segue a movimentação do imobilizado consolidado em 31 de março de 2017:

Em serviço	Saldo em 31.12.2016	Aquisições	Depreciação	Transferências	Saldos em 31.03.2017
<i>Geração</i>					
Edificações, obras civis e benfeitorias	23.947	-	(216)	-	23.731
Máquinas e equipamentos	141.839	-	(1.651)	1.996	142.184
Intangível	476	-	-	-	476
<i>Sistema de transmissão e conexão</i>					
Intangível	226	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	14.468	-	(128)	-	14.340
<i>Administração</i>					
Máquinas e equipamentos	58	-	(6)	-	52
Móveis e utensílios	19	-	(1)	-	18
(-) <i>Impairment</i>	(33.119)	-	-	-	(33.119)
Em curso					
<i>Geração</i>					
Máquinas e Equipamentos	-	1.996	-	(1.996)	-
Adiantamento a fornecedores	101.237	-	-	-	101.237
Material de depósito	5.642	3	-	-	5.645
A ratear	55	-	-	-	55
Estudos e projetos	21	-	-	-	21
(-) Provisão para perda	(101.237)	-	-	-	(101.237)
<i>Administração</i>					
Móveis e utensílios	3	-	-	-	3
	<u>153.635</u>	<u>1.999</u>	<u>(2.002)</u>	<u>-</u>	<u>153.632</u>

Livramento Holding S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
31 de março de 2017

Em serviço	Saldo em 31.12.2015	Aquisições	Depreciação	Baixas	Impairment	Saldos em 31.12.2016
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	24.808	-	(861)	-	-	23.947
Máquinas e equipamentos	151.600	-	(6.611)	(3.150)	-	141.839
Intangível	476	-	-	-	-	476
Sistema de transmissão e conexão						
Intangível	226	-	-	-	-	226
Máquinas e equipamentos	14.978	-	(510)	-	-	14.468
Administração						
Máquinas e equipamentos	80	-	(22)	-	-	58
Móveis e utensílios	20	-	(1)	-	-	19
(-) <i>Impairment</i>	-	-	-	-	(33.119)	(33.119)
Em curso						
Geração						
Máquinas e equipamentos	10	-	-	(10)	-	-
Adiantamento a fornecedores	101.362	-	-	(125)	-	101.237
Material de depósito	4.025	1.617	-	-	-	5.642
A ratear	55	-	-	-	-	55
Estudos e projetos	21	-	-	-	-	21
(-) Provisão para perda	(101.237)	-	-	-	-	(101.237)
Sistema de transmissão e conexão						
Adiantamento a fornecedores	3	-	-	(3)	-	-
Administração						
Móveis e utensílios	3	-	-	-	-	3
	<u>196.430</u>	<u>1.617</u>	<u>(8.005)</u>	<u>(3.288)</u>	<u>(33.119)</u>	<u>153.635</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações.

11 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
BNDES - Principal	44.478	45.158
BNDES - Encargos	156	158
BNDES - Custos de captação	(375)	(381)
	<u>44.259</u>	<u>44.935</u>
Circulante	3.519	3.522
Não circulante	40.740	41.413

A composição dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Circulante		
Saldo início do período	3.522	112.964
Transferências do não circulante	831	3.293
Encargos	884	8.955
Amortização do custo de captação do empréstimo	7	1.217
Amortização da dívida através do saldo a receber do seguro (a)	-	(38.983)
Amortização da dívida através de AFAC (b)	-	(47.780)
Amortizações (juros e principal)	(1.725)	(36.144)
Saldo no final do período	<u>3.519</u>	<u>3.522</u>
Não circulante		
Saldo início do período	41.413	44.099
Encargos	158	607
Transferências para o circulante	(831)	(3.293)
Saldo no final do período	<u>40.740</u>	<u>41.413</u>
	<u>44.259</u>	<u>44.935</u>

- (a) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.
- (b) Pagamento efetuado diretamente pelo acionista Brasil Plural ao BNDES, através de integralização de AFAC.

Em 23 de novembro de 2012, o BNDES aprovou uma linha de financiamento no montante de R\$ 187.638 em benefício da Companhia, destinada à implantação dos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades e Eólica Ibirapuitã. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia já havia captado o montante total de R\$ 151.236 (R\$ 149.783 líquidos dos custos de captação).

Em dezembro de 2016, o financiamento nos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI, Cerro dos Trindades foram liquidados através de aporte de capital dos acionistas.

Condições contratadas

Juros: TJLP + 2,18% a.a. (O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos).

Amortização: principal e juros - mensais a partir de julho de 2014.

b. Garantias

- (a) Alienação fiduciária de bens e equipamentos.
- (b) Totalidade das ações representativas do capital social das controladas.
- (c) Recebíveis e conta reserva.

Compromisso contratual (covenant)

O *covenant* do financiamento é exigido somente após o início do prazo de amortização e corresponderá à apuração de um “Índice de cobertura do serviço da dívida” $\geq 1,3$ ao final do exercício, os quais não foram atendidos em 31 de dezembro de 2016. A Companhia solicitou waiver para o BNDES, o qual será respondido juntamente com a solicitação de renegociação da dívida.

12 Fornecedores

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Encargos do Uso de Transmissão - TUSD	108	126
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	5	-
Axa Seguros S.A	10	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	380	214
Eneltec Energia Elétrica e Tecnologia Ltda	11	-
Espinilho Agropecuária Ltda	37	-
Dressler Associados Contabilidade e Finanças	121	157
Delta Comercializadora de Energia	-	13
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	17.360	14.176
Silvio Pino Valente	15	15
Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogado	217	-
Marcelo Vieira Soares - Me	10	-
Umbu Agropastoril S/A	75	-
Outros	15	144
	18.364	14.845

13 Ações preferenciais resgatáveis

Corresponde a 109.000.000 (mesmo valor em 2015) de ações preferenciais, resgatáveis a critério dos acionistas da Companhia, emitidas de acordo com ata de Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 25 de junho de 2013, 4 de dezembro de 2013, 17 de fevereiro de 2014 e 26 de maio de 2014. Além dos direitos previstos no Estatuto Social para todas as classes de ações preferenciais, as referidas ações preferenciais conferirão aos seus titulares prioridade no reembolso de capital, sem prêmio. Como tais ações não possuem prazo para resgate, estas estão classificadas no passivo circulante.

Adicionalmente, a remuneração dessas ações se dará pela distribuição de dividendos, a partir do momento em que a Companhia gerar lucros. A apresentação desse instrumento está de acordo com o previsto no CPC 39, que define a apresentação de ações preferenciais com as referidas características como passivo financeiro.

Tais ações não possuem prazo de vencimento, ou seja, podem ser resgatadas a qualquer momento pelos seus portadores, por isso, até 2015, tais ações estavam classificadas no passivo circulante. Em 2016, a Companhia obteve com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (proprietária de 100% das ações preferenciais) uma formalização de que essas ações não serão resgatadas durante o exercício de 2017. Dessa forma, estas foram classificadas no passivo não circulante.

14 Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante o exercício foi inferior ao volume previsto no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR a ser liquidado nos exercícios subsequentes. Os desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância -10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes em cláusula do referido contrato apurado ao final do ano contratual. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância, acima de 90%, de geração serão ressarcimentos do final do primeiro quadriênio.

	31.03.2017	31.12.2016
Faturamento sazonal	2.379	11.095
Geração de energia	<u>(2.143)</u>	<u>(10.263)</u>
Ressarcimento líquido (a)	236	832
(+) Variação do PLD (b)	<u>250</u>	<u>1.261</u>
Ressarcimento bruto (a + b)	486	2.093
Circulante		
Saldo início do exercício	53.011	43.340
Geração reduzida (abaixo de 10%)	-	-
Ajustes (c)	-	1.563
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - Ibirapuitã (d)	-	(253)
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas (d)	<u>-</u>	<u>8.361</u>
Saldo no final do exercício	53.011	53.011
Não circulante		
Saldo início do exercício	24.046	45.141
Geração reduzida (acima de 10%)	486	2.093
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - Ibirapuitã (d)	-	(2.168)
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado - SPE's sinistradas (d)	<u>-</u>	<u>(21.020)</u>
Saldo no final do exercício	24.532	24.046

- (a) Diferença entre o contrato e a geração, com o mesmo preço. Registrado no resultado como redutora da receita
- (b) Diferença apontada no item (a) calculada pelo maior preço entre o RFU (Receita Fixa Unitária) e o PLD.
- (c) Ajuste do ressarcimento, lançado erroneamente em 2015 como Multa e Lastro regulatório - CCEE.
- (d) Ajuste do ressarcimento de 2015 conforme PLD quadrienal atualizado.

15 Provisões passivas

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

	Consolidado	
	31.03.2017	31.12.2016
Meio ambiente	12	12
Gerenciamento	444	456
Aerogeradores (Weg Equipamentos Elétricos S.A.)	-	443
	456	911

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

	31.03.2017 e 31.12.2016		
	Ações	%	Valor
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	64.659.965	49%	64.660
Fundação Eletrosul - ELOS	13.195.911	10%	13.196
Rio Bravo Energia I	54.103.236	41%	54.103
	131.959.112	100%	131.959

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as 131.959.112 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no País. Além das ações ordinárias, a Companhia possui 109.000.000 ações preferenciais emitidas, subscritas e integralizadas, conforme Nota Explicativa nº 13.

Segue quadro com as informações consolidadas:

	Consolidado e Controladora				
	PL	%	Ações resgatáveis	%	Total
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	64.660	49%	61.910	56,8%	126.570
ELOS	13.196	10%	2.400	2,2%	15.596
Fundo de Inv Privado Rio Bravo	54.103	41%	44.690	41%	98.793
	131.959	100%	109.000	100%	240.959

Conforme Estatuto Social, o capital autorizado da Companhia é de R\$ 161.959 e o Conselho de Administração está autorizado a deliberar pelo aumento do capital social da Companhia até esse limite, mediante a correspondente emissão de ações, de acordo com ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de março de 2013.

b. Capital subscrito

As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

17 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016
Receita operacional bruta		
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	30	234
Receita de venda de energia	3.308	2.733
Receita de venda de energia - ano anterior	-	3
Receita Diferida	(830)	(689)
Ressarcimento por geração reduzida	(237)	213
Deduções da receita bruta		
PIS	(52)	(47)
COFINS	(241)	(215)
Taxa de fiscalização ANEEL	(16)	(14)
	1.962	2.218

18 Custos de operação

	Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016
Serviços de terceiros	(171)	(289)
Compra de energia elétrica para revenda	(239)	(8)
Encargos de uso da rede elétrica - TUSD	(278)	(307)
(-) Ressarcimento por geração reduzida - CCEAR (Nota 17.b)	(250)	-
Depreciação	(1.623)	(1.624)
Pessoal e administradores	(138)	(13)
Outros	(101)	(110)
	(2.800)	(2.351)

19 Serviços de terceiros - Despesas operacionais

	Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016
Serviços administrativos, contábeis e financeiros	(69)	(87)
Serviços de auditoria	-	(28)
Serviços advocatícios	(271)	-
Assessoria Jurídica	-	(38)
Serviços de custódia	(1)	(1)
Serviços de assessoria	-	(54)
Despesas de viagens	(1)	(4)
Telefone e Internet	(7)	(6)
Passagens	-	(12)
Despesas com cartório	(1)	(1)
Publicações legais	(3)	-
Outros	(15)	(3)
	(368)	(234)

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016	31.03.2017	31.03.2016
Receita de multa e juros	-	-	28	-
Rendimentos de aplicação financeira	-	1	63	58
Receitas financeiras	-	1	91	58
Despesas bancárias	(6)	(10)	(5)	(3)
Juros e multas de mora	-	(1)	(15)	(10)
Encargos financeiros	-	-	(1.042)	(1.115)
Despesas com financiamento	-	-	(81)	(167)
(-) Estorno de multa e juros contratuais	-	-	1.934	-
Outros	-	-	49	-
Despesas financeiras	(6)	(11)	840	(1.295)
	(6)	(10)	931	(1.237)

- (a) Multa referente à descontinuidade dos parques Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, prevista nos contratos de CCEAR.

21 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de março de 2017, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

(i) Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora			
	31.03.2017		31.12.2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	75	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	366	-	181
Outras contas a pagar	-	101	-	101
Ações preferenciais resgatáveis	-	109.000	-	109.000

	Consolidado			
	31.03.2017		31.12.2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	958	-	748	-
Fundos vinculados	2.220	-	2.156	-
Contas a receber de clientes	1.776	-	1.895	-
Outras contas a receber	34	-	29	-
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	44.259	-	44.935
Fornecedores	-	18.364	-	19.963
Outras contas a pagar	-	321	-	321
Ações preferenciais regatáveis	-	109.000	-	109.000

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos, constantes nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2017, foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas e representam seu valor justo, como segue:

- **Outras contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensuradas pelo custo amortizado e estão registradas pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A Companhia considera o valor contábil como valor justo, devido à proximidade dos valores.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Essa definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos desses financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

(iii) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de março de 2017 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 31 de março de 2017. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

Moedas e índices	Taxa 2017	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
CDI	8,43 %	10,54%	12,65%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%

	Saldo em 31.03.2017	Exposição	Consolidado	
			Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo				
Fundos vinculados	2.220	CDI	234	281
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	44.259	TJLP	4.151	4.979

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na Nota Explicativa nº 12.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

Os objetivos da Companhia e suas controladas são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

22 Contratos de longo prazo

Venda de energia (CCEAR)

As Centrais Geradoras Eólicas do Complexo Eólico Ibirapuitã comercializaram, no Leilão A-3 de 2011, um total de 9,6 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no ACR de março de 2014 até fevereiro de 2034, a um preço de R\$ 96,49, com data-base em agosto de 2011.

23 Contingências

Em 2017 e 2016, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam em esferas judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia como de risco remoto de materialização.

a. Excludente de responsabilidade

Em 24 de fevereiro de 2016, as Eólicas Cerro Chato IV, V, VI e Cerro dos Trindade, fundamentadas na ocorrência de caso fortuito e força maior, entraram com ação judicial para pleitear na justiça o reconhecimento de excludente de responsabilidade e onerosidade excessiva das obrigações contraídas pelas Autoras nos CCEARs, CUST e CCTs, buscando, assim, a rescisão desses contratos, sem aplicação de penalidade ou sanção alguma, e com manutenção das suas outorgas.

Na mesma ação, as Eólicas pediram antecipação de tutela objetivando provimento judicial para determinar que: (i) fossem suspensas todas as obrigações das Autoras no âmbito dos CCEAR; (ii) fossem suspensos os efeitos referentes à contabilização da energia não produzida pelas Autoras desde 20 de dezembro de 2014; (iii) a ANEEL e a CCEE se abstivessem de aplicar qualquer penalidade às Autoras em decorrência da apuração de eventuais débitos no mercado de curto prazo da CCEE ou da necessidade de contratação de lastro para suprimento da energia comercializada pelas Autoras nos CCEAR; (iv) fossem suspensas as obrigações contraídas pelas Autoras nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUSTs) n°s 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013, todos celebrados entre as Autoras e o ONS, em especial no que se refere à obrigação de pagamento do montante de uso acordado em citados contratos; (v) com o reconhecimento da suspensão dos CUSTs/CCT, seja determinado de imediato ao ONS que se abstenha de executar as garantias de pagamento fornecidas no âmbito dos CUSTs n°s 030/2013, 031/2013, 032/2013 e 101/2013; (vi) fossem suspensos os procedimentos de desligamento das Autoras da CCEE.

Devido à premência dos prejuízos noticiados que poderiam advir do desligamento do Sistema de energia elétrica, o Juiz designado para o caso deferiu a tutela preventiva, até que o feito possa ser melhor analisado, suspendendo cautelarmente qualquer penalidade às Autoras, inclusive o processo de desligamento no Sistema Integrado Nacional, até ulterior deliberação do Juízo, e após a manifestação dos Réus.

b. Impactos da REN n° 719/2016 (alteração da REN n° 595/2013)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN n° 719/2016 da ANEEL que, entre outras alterações, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluem mudanças na REN n° 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada à característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso. Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Ressarcimento esse que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, utiliza-se para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o atraso na aplicação da REN nº 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN nº 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 5.328 para as eólicas do complexo Livramento.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessor jurídico externo, ingressou com liminar para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. Na avaliação da Administração, a probabilidade de êxito é provável. Dessa forma, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras de 2016.

24 Operações descontinuadas

Em dezembro de 2015, o Grupo baixou do imobilizado os ativos de geração ligados aos parques eólicos Cerro Chato IV, Cerro Chato V, Cerro Chato VI e Cerro dos Trindade, descontinuando a operação destes após a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.373 de 2 de outubro de 2015, suspender temporariamente a operação comercial desses empreendimentos.

Nesse contexto, para fins de elaboração das demonstrações financeiras, o Grupo apresentou seus registros financeiros e contábeis considerando um cenário no qual manterá o parque eólico Ibirapuitã como operacional e descontinuará a operação dos demais. Conforme o CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas.

a. Resultado líquido de operações descontinuadas

	Consolidado	
	31.03.2017	31.03.2016
Receita operacional líquida	-	746
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(73)	(172)
Encargos do uso da rede elétrica	-	(655)
Depreciação	(372)	(372)
(-) Reversão da provisão para atendimento do contrato CCEAR (a)	-	12.659
Outros	(39)	(204)
Resultado bruto	<u>(484)</u>	<u>12.002</u>
Despesas operacionais		
Serviços de terceiros	(16)	-
Arrendamentos e aluguéis	(6)	(22)
Material	(1)	-
Outras receitas/despesas operacionais	(4)	-
Tributos	-	(48)
Receita financeira	-	62
Despesa financeira	(50)	(2.844)
	<u>(77)</u>	<u>(2.852)</u>
	<u>(561)</u>	<u>9.150</u>

- (a) Após divulgação pela CCEE de relatório de ressarcimento, em março de 2016, verificamos que, no cenário mais conservador, em que as demandas judiciais de reconhecimento de caso fortuito e força maior para a inoperância dos parques eólicos descontinuados não prosperam, o reconhecimento da obrigação de ressarcimento por geração reduzida, pela CCEE, encerrar-se-á retroativamente em outubro de 2015, quando houve o Despacho ANEEL de interrupção da operação comercial, interrompendo também o crescimento dessa obrigação passiva a partir de então. Assim, a partir da divulgação desse relatório de ressarcimento pela CCEE, fizemos o estorno do passivo anteriormente reconhecido entre outubro e dezembro de 2015.

25 Eventos subsequentes

No dia 24 de março de 2017, a Companhia aderiu junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD - (CCEE A”0” abril a dezembro/2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica dos contratos firmados no ACR e com posterior recontração no Mercado Livre. No dia 24 de abril de 2017, a CCEE divulgou o resultado desse MCSD em que as Eólicas do Sul foram contempladas com a descontração de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A3 de 17 de agosto de 2011.

O objetivo das empresas ao participarem do mecanismo é a possibilidade de reduzir o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física dos parques eólicos. Dessa forma, as Eólicas do Sul negociaram a venda de parte dessa energia no Mercado Livre a preços expressivamente superiores aos valores dos contratos firmados com as Distribuidoras no ACR. Adicionalmente, de acordo com a energia gerada pelos Parques, será possível vender o excedente da produção medida mês a mês até dezembro de 2017.

* * *